

Estado do Rio Grande do Sul

Município de Chuvisca

Proposta Orçamentária para o Exercício de 2021

APURAÇÃO DO PASEP

| | | | |
|---|---|---|--------------------------|
| Código receita: | 3703 | Exercício: | 2021 |
| I - NATUREZAS DA RECEITA | | | |
| Inc. III, do art. 2º, da Lei n.º 9.715/98 | | | Valor - R\$ |
| (+) | 1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 | Total das Receitas Correntes | R\$ 26.064.934,56 |
| | 2.4.0.0.00.0.0.00.00.00 | Transferências de Capital | R\$ 3.358.674,14 |
| Sub-Total I | | | R\$ 29.423.608,70 |
| II DEDUÇÕES DA BASE DE CÁLCULO | | | |
| Dedução e Base Legal | | | Valor - R\$ |
| | 1.7.1.8.08.0.0.00.00.00 | Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais; | R\$ - |
| | 1.7.1.8.10.0.0.00.00.00 | Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades | R\$ - |
| | 1.7.2.8.10.0.0.00.00.00 | Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades | R\$ 499.809,96 |
| (-) Transferências recebidas de convênios, contrato de repasse ou instrumento congênere com objeto definido que, de regra, são registrados nos códigos de naturezas de receita: | 1.7.3.8.10.0.0.00.00.00 | Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades | R\$ - |
| - Lei Federal nº 9.715/1998, art. 2º, § 7º; Itens 20.5 e 20.6 da Solução de Consulta COSIT nº 278/2017 | 2.4.1.8.08.0.0.00.00.00 | Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais | R\$ - |
| | 2.4.1.8.10.0.0.00.00.00 | Transferência de Convênios da União e de suas Entidades | R\$ 8,00 |
| | 2.4.2.8.10.0.0.00.00.00 | Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | R\$ - |
| | 2.4.3.8.10.0.0.00.00.00 | Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades | R\$ - |
| | 2.9.9.0.00.0.0.00.00.00 | Remuneração de Depósitos Bancários de Transferências e Convênios de Capital | R\$ - |
| Sub-Total I | | | R\$ 499.817,96 |
| (-) Deduções de receitas para a formação do Fundeb, registradas nos códigos: | 9.1.7.1.8.01.2.1.04.00.00 | (R) Dedução da Receita p/ formação do Fundeb – FPM | R\$ 2.054.745,72 |
| - Itens 21.3.3 e 21.5 da Solução de Consulta COSIT nº 278/2017. | 9.1.7.1.8.01.5.1.04.00.00 | (R) Dedução da Receita p/ formação do Fundeb – ITR | R\$ 4.075,35 |
| | 9.1.7.1.8.06.1.1.04.00.00 | (R) Dedução da Receita p/ formação do Fundeb – LC nº 87/96 | R\$ 0,21 |
| | 9.1.7.2.8.01.1.1.04.00.00 | (R) Dedução da Receita p/ formação do Fundeb – ICMS | R\$ 1.148.705,20 |
| | 9.1.7.2.8.01.2.1.04.00.00 | (R) Dedução da Receita p/ formação do Fundeb – IPVA; | R\$ 90.117,59 |
| | 9.1.7.2.8.01.3.1.04.00.00 | (R) Dedução da Receita p/ formação do Fundeb – IPI Municípios | R\$ 17,12 |
| Sub-Total II | | | R\$ 3.297.661,19 |
| (-) Demais registros efetuados em contas de deduções das receitas correntes e/ou de transferências de capital ocorridas em decorrência de retificações, restituições, devoluções, renúncia etc.) - Itens 21.3.3 e 21.5 da Solução de Consulta COSIT nº 278/2017 | | | R\$ - |
| Sub-Total III | | | R\$ - |
| | 20 - Transferências a União; | R\$ - | |
| | 22 – Execução Orçamentária Delegada à União; | R\$ - | |
| | 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal; | R\$ - | |
| | 31 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo; | R\$ - | |
| | 35 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§1º e 2º do art. 24 da LC 141/2012; | R\$ - | |
| | 36 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da LC 141/2012; | R\$ - | |
| (-) Transferências efetuadas (considerar os valores efetivamente pagos em cada mês) a outras entidades de direito público interno, exceto a consórcios públicos e aquelas que se classificarem no conceito de transferências voluntárias. Na maioria dos casos os valores serão empenhados nos seguintes códigos de modalidade de aplicação da despesa: | 40 Transferências a Municípios; | R\$ - | |
| - Lei Federal nº 9.715/98, art. 7º; | 41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo; | R\$ - | |
| - Decreto Federal nº 4.524/2002, art. 7, § 2º; | 42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios; | R\$ - | |
| - Itens 20.1 a 20.6 da Solução de Consulta COSIT nº 278/2017 | 45 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios, à conta de recursos de que tratam os §§1º e 2º do art. 24 da LC 141/2012; | R\$ - | |
| | 46 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da LC 141/2012; | R\$ - | |

| | | |
|--|------------|---------------------|
| Sub-Total IV | R\$ | - |
| Total das Deduções da Receitas II | R\$ | 3.797.479,15 |

| | | |
|---|------------|----------------------|
| III - TOTAL RECEITA LÍQUIDA (BASE DE CÁLCULO) (I-II) | R\$ | 25.626.129,55 |
| (x) IV ALÍQUOTA DO PASEP (1%) | | 1% |

| | | |
|---|------------|-------------------|
| (=) V VALOR DO PASEP A RECOLHER ANTES DE DEDUZIDOS OS DÉBITOS NA FONTE = (III x IV) | R\$ | 256.261,30 |
|---|------------|-------------------|

| (-) VI Deduções do Valor a Recolher em DARF | | | | | |
|---|---------------|---------------------------------------|------------|-------------------|--|
| (-) Valores já retidos na fonte pela STN (sobre FPM, FEP, LC 87/96, ITR, | 3.3.9.0.47.12 | PASEP já debitado do FPM | R\$ | 112.439,86 | |
| Royalties da ANP, CFM-Recursos Minerais, CFH-Recursos Hídricos, CIDE | 3.3.9.0.47.12 | PASEP já debitado do ITR | R\$ | 203,77 | |
| etc) | 3.3.9.0.47.12 | PASEP já debitado do ICMS DESONERAÇÃO | R\$ | 0,01 | |
| da Lei Federal nº - § 6º do art. 2º | 3.3.9.0.47.12 | PASEP já debitado do FEP | R\$ | 1.583,43 | |
| 9.715/98; | 3.3.9.0.47.12 | PASEP já debitado da CIDE | R\$ | 54,87 | |
| - art. 68 do Decreto Federal nº | 3.3.9.0.47.12 | PASEP já debitado da CFEM | R\$ | 106,91 | |
| 4.524/2002 | 3.3.9.0.47.12 | PASEP já debitado do FEX/CEX | R\$ | 0,01 | |
| Total das Deduções do Valor a Recolher em Darf VI | | | R\$ | 114.388,85 | |
| (=) VII VALOR DO PASEP A RECOLHER APÓS DEDUZIDOS OS DÉBITOS NA FONTE = (V - VI) | | | R\$ | 141.872,44 | |

OBSERVAÇÕES:

a) no caso do Município possuir Regime Próprio de Previdência Social, deve-se atentar que, de acordo com o entendimento esposado pela Receita Federal do Brasil através da Solução de Consulta COSIT nº 278/2017, os valores relativos às Contribuições Patronal, registrados como receitas correntes intraorçamentárias devem compor a base de cálculo da contribuição para o PASEP; b) Consórcios Públicos com personalidade jurídica de direito público: conforme o item 28 e respectivos subitens da Solução de Consulta COSIT nº 278/2017, quando da transferência de recursos decorrentes do CONTRATO DE RATEIO, o ente transferidor (Município) não pode excluir os valores de sua base de cálculo, ao passo que o ente receptor dos recursos (no caso, o Consórcio Público) deve excluir da sua base de cálculo os valores recebidos a título de contrato de rateio.